

Discurso de posse - Desembargador Marco Muscari - TJ-SP

Há dois tipos de discurso: o bom e o longo. Fiquem tranquilos: tentei escrever um discurso bom... Preparando-me para este momento, cogitei pinçar as estações da minha estrada de velho juiz: circunscrições, comarcas, fóruns, varas, promoções, convocações, câmaras. Percebi, então, que isso seria lançar luz em mim mesmo, quando o que fala ao meu coração está fora de mim. Ao meu coração falam duas coisas: a missão de julgar e as pessoas que me sustentaram nestes 34 anos.

Começo pela missão de julgar. Todos nós, que nos dedicamos ao ofício de decidir, corremos dois grandes riscos: acreditar demais e acreditar menos. Julgar não é exercer poder. É suportar responsabilidade. Precisamos guardar-nos da vaidade como quem se guarda de um vício silencioso. A vaidade não chega fazendo barulho. Chega disfarçada de convicção, de segurança, de certeza moral. O juiz que se acredita superior ao homem comum deixa de compreendê-lo. E quem não compreende, julga mal. Com o passar dos anos, a rotina pode endurecer o nosso espírito. Os processos se acumulam, os prazos apertam, surge o dilema entre decidir bem e decidir muito. Vem, então, a tentação de nos enxergarmos como apenas mais uma peça. Pequena, substituível, quase irrelevante. Para o sistema, nós podemos parecer um número. Para quem está diante de nós, jamais! Cada processo é o centro do mundo de alguém. Não podemos nos transformar em administradores de papéis. Entre a soberba (acreditar demais) e a insignificância (acreditar de menos) existe um caminho do meio, e é nele que se encontra a dignidade da Magistratura. Não somos heróis, por certo. Mas tampouco somos engrenagens. Há dias em que sentimos o peso quase físico de decidir o destino de alguém. Nesses dias, convém lembrar algo simples: ninguém nos pede para sermos infalíveis. Pedem-nos que sejamos honestos. Que julguemos com a consciência tranquila de quem examinou com cuidado, ouviu com respeito e pensou com humildade. Isso basta. E é tudo. O bom magistrado é aquele de quem se pensa: “Se um dia eu for parte, quero ser julgado por ele”. Vejo, neste final de tarde, tantos magistrados e magistradas por quem eu gostaria de ser julgado.

Passo agora às pessoas. Nenhum juiz caminha sozinho. Mestres pacientes. Colegas generosos. Servidores dedicados. A eles devo

mais do que posso exprimir em palavras. Faço questão de citar alguns, a quem muito devo.

O Desembargador Gilberto Passos de Freitas, aqui presente, de quem tive a honra de ser assessor na Corregedoria-Geral da Justiça. Sua Excelência é, de todas as pessoas que conheci, quem melhor sabe criar laços e lançar pontes. Procuro imitá-lo, mas a cópia é imperfeita... O saudoso Desembargador Luiz Elias Tâmbara, a quem também assessoriei, na Corregedoria e depois na Presidência. Se sou juiz, devo isso a ele. Se me tornei professor de Direito Processual Civil, foi porque antes fui seu aluno, ainda na graduação. O Desembargador Paulo Magalhães da Costa Coelho, orador nesta tarde, cujas palavras dizem mais sobre quem as pronunciou do que sobre quem as recebeu. No auge da pandemia, quando o Tribunal se preparava para fechar as portas dois dias depois, Sua Excelência poderia ter adiado a audiência que eu lhe pedira. Ao contrário, fez-me chegar a seguinte mensagem: “Marco Antonio, tem que ser amanhã, porque o Tribunal vai fechar novamente”. Gesto de atenção e acolhimento de um Presidente de Seção para com um juiz que ambicionava ser lotado em Câmara de Direito Público. Pelas mãos do Desembargador Paulo Magalhães, passei a integrar a 18ª Câmara. Onde atuei até 4 de fevereiro deste ano, ao lado de magistrados que são mais que colegas: são amigos. Wanderley José Federighi. Maria Beatriz Dantas Braga. Henrique Harris Junior. Ricardo Cunha Chimenti. Marcelo Lopes Theodosio. Fernando Figueiredo Bartoletti. Foi com eles que aprendi a ser juiz de órgão colegiado. Na Vara, o magistrado decide sozinho. No Tribunal, não. Aqui, a função exige persuasão: é preciso convencer para formar maioria. E exige humildade: acolher o resultado sem mágoas, quando vencido. Persuasão e humildade. Duas lições que devo a essa convivência de cinco anos. A todos eles, a minha reverência.

Mas, se a vida profissional me deu e ensinou tanto, cumpre lembrar que é a vida privada que me serve de arrimo. Como disse Goethe: “Aquilo que alimenta o coração vem da família”. Falo agora da minha família. Começo pela Luciene. Companheira há mais de trinta anos. Presente em todas as comarcas desde o nosso casamento. Testemunha das alegrias. Testemunha das dificuldades da vida de juiz. Cúmplice nas horas sombrias. Mãe do meu tesouro

maior. Nada mais justo do que ser ela quem colocou em mim o colar do mérito judiciário: pertence a nós dois. Sigo com a minha mãe. Além de me dar a vida, partilhou comigo as carências da infância e de parte da adolescência. Carências materiais; nunca de afeto. Foi por influência dela que estudei Direito. E foi dela, no primeiro dia de aula na graduação, o conselho que me levou à aprovação no 161º Concurso de Ingresso: “Filho, se você quer prestar concurso, ele começa hoje”.

Passo à Livia. Minha filha é estudante de Direito. Estagiária em escritório de advocacia. É ela quem me levará adiante, quando eu já não puder. E há a minha irmã, Ana Carolina. Advogada exitosa. Mãe dos queridos Francisco e Laurinha. Exemplo de determinação. Exemplo de força. Minha esposa. Minha mãe. Minha filha. Minha irmã. Quatro presenças que me amparam. Quatro razões de gratidão que não se esgotam. Sem elas, não haveria caminho. Sem elas, não haveria hoje.

Hora dos amigos. Melhor: dos irmãos por escolha! Já se disse, e concordo plenamente, que amigos não se fazem; identificam-se. É exatamente isso. Impossível não nomear os três mais chegados, que vejo daqui: Carlos Alberto Crisóstomo, Juiz de Direito; Otávio José Callejão, Procurador de Justiça; e Nilberto Bulgueroni, Promotor de Justiça. Irmãos de mesa, de conversa, de vida. O mais valioso é que nos vemos toda semana, em carne e osso. Sem precisar de telas. Sem depender de teclas. O privilégio do encontro — do olho no olho, do riso à mesa no costumeiro almoço — é bênção rara. E eu a celebro! Há também os muitos amigos que fiz ao longo do caminho, que me honram com as suas presenças. Amizades que nasceram no trabalho. E que resistiram ao tempo.

E não posso me esquecer da minha equipe. Cleonice. José. Camila. Laís. Matheus. Ana. Cecília. Sofia. Giovanna. Nomes que pronuncio um a um, porque são eles, um a um, que me sustentam. Sem eles, o trabalho seria um peso insuportável. Com eles, é uma missão possível.

Nos corredores do quinto andar deste Palácio, encontram-se centenas de nomes inscritos. Nomes de desembargadoras e desembargadores que, desde 1874, tomaram posse no mesmo cargo que agora assumo. É hora de reverenciá-los. A todos. E de

prometer que darei o meu melhor para manter vivas as tradições do maior Tribunal do País.

Para concluir, Senhor Presidente, é de gratidão que se trata. Gratidão à Magistratura. À família. Aos amigos. À minha equipe. A todos que me trouxeram até aqui. Gratidão. Que ela nunca me falte. Que ela nunca nos falte. Muito obrigado!